

tipo "Brasil". Por essa razão, é impossível calcular os parâmetros do Modelo A. Fomos, portanto, obrigados a considerar um modelo alternativo.

4. Modelo B

No Modelo A, admitimos que o Brasil agia como astucioso maximizador de lucros, munido de sólidas informações sobre: a) os níveis de produção de "milds" e "robustas", e b) as interdependências entre os preços dos tipos "Brasil", "mild" e "robusta". Aliás, consideramos que o Brasil tinha acesso a informações suficientes para prever com precisão o impacto de suas políticas de preço sobre as cotações dos tipos "mild" e "robusta". Supusemos, também, que o Brasil se valesse dessas informações para selecionar o preço mínimo ideal do tipo "Brasil".

Vamos supor que, agora, alterássemos algumas dessas hipóteses. Continuemos admitindo ser o objetivo básico do Brasil a máxima elevação dos lucros e que o mercado se caracterize por excesso de produção e preços descendentes. Contudo vamos imaginar que o Brasil possua bem menos informações sobre o mercado para basear sua decisão sobre o preço mínimo. Admitamos, ainda, que o Brasil tenha noções mais ou menos vagas acerca de sua curva da demanda, que é altamente inelástica com relação ao declínio dos preços e que se desloca suavemente para fora, na proporção de dois ou três por cento ao ano, com o crescimento demográfico e da renda. Além do mais, o Brasil está ciente do preço do ano anterior e dos níveis de exportação. Por fim, seus conhecimentos sobre a oferta são razoavelmente adequados, já que tem acesso às estimativas preliminares do Serviço Exterior Agrícola dos Estados Unidos, referentes à produção exportável de "milds" e "robustas".

O Brasil deve escolher uma política de sustentação dos preços baseado nessas informações limitadas. Num ano de produção normal, sua suposição mais provável é que a situação corrente do mercado seja semelhante à do período anterior. Com informações tão precárias, o máximo que o Brasil pode esperar é manter o preço no mesmo nível do período anterior. Em consequência, o Brasil fixará o preço mínimo de exportação para o período t igual ao preço do mercado mundial no período $t-1$, mais uma margem para o transporte. A esse preço, o Brasil espera vender pelo menos tanto quanto no ano anterior e, assim, manter as receitas de exportação. Sendo a demanda inelástica com relação ao declínio dos preços, um preço menor

resultaria em receita inferior. Porém, um preço mais elevado, não justificado pelas condições da oferta, encontraria, da mesma forma, considerável resistência dos consumidores e redundaria em queda das exportações e receitas.⁶

Em certas ocasiões, a produção brasileira pode ser baixa demais, como, por exemplo, quando uma geada danifica a safra. Nessas circunstâncias, o Brasil poderá fixar um preço mínimo um pouco acima do nível estabelecido em condições normais. O Governo lançará mão dos estoques nesses períodos, a fim de complementar a produção exportável.

5. Acordo Internacional do Café
Ambos os modelos descritos admitem a ausência de qualquer tipo de cooperação internacional entre os principais produtores mundiais de café. Todavia, já em 1955, alguns produtores centro-americanos, incluindo o México e El Salvador, realizaram um *gentlemen's agreement* com referência aos preços mínimos de exportação e a Colômbia e o Brasil concordaram em sustentar os preços por meio de um programa de retenção de estoques.⁷ Naquele mesmo ano, foi criado o Escritório Internacional do Café, que sugeriu quotas de exportação para o Brasil, a Colômbia e o Fedecafe⁸ para o ano cafeeiro de 1955-56.⁹

Devido à intensa geada no Brasil e à natureza experimental dos acordos, sua duração foi curta e seu impacto no mercado insignificante; porém marcaram o início de uma tendência. Nos dois anos seguintes, vários países centro-americanos negociaram, ocasionalmente, acordos referentes ao preço mínimo de exportação. Em outubro de 1957, o Brasil, a Colômbia e cinco países centro-americanos assinaram o Acordo de Cidade de México, comprometendo-se a reter certa porcentagem das exportações do ano cafeeiro de 1957-58.

Durante mais alguns anos, o Acordo foi prorrogado anualmente e de forma gradativa se foi expandindo até incluir uma série de países latino-americanos, a comunidade francesa e os domínios ingleses e portugueses.

⁶ A demanda tende a ser mais elástica com relação aos aumentos dos preços do que aos declínios. Ver Daly, Rex. Coffee consumption and prices in the U.S. *Agricultural Economics Research*, 10: 61-71, July 1958.

⁷ *Speculamente*, e depois de uma tentativa de estabelecer um preço mínimo de exportação e o estabelecimento de estoques de reserva. *Coffee chronology*, *Coffee Annual*, 1962, p. 120.

⁸ Federação Americana do Café, constituída de quatorze pequenos produtores latino-americanos. *Informe Anual*, 1957, p. 208.

⁹ *Ibid.*, p. 208.